



PRETOR
CONCURSOS



**GUARDA MUNICIPAL
CAXIAS DO SUL**

PREPARATÓRIO

PREPARATÓRIO

EDITAL VERTICALIZADO

 @pretorconcursos
www.pretorconcursos.com.br

A VAGA É MINHA!



LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa.

Estruturação e articulação do texto.

Significado contextual de palavras e expressões.

Pressuposições e inferências.

Nexos e outros recursos coesivos.

Recursos de argumentação.

Ortografia.

Acentuação gráfica.

Classes de palavras.

Estrutura e formação de palavras.

Semântica.

Colocação pronominal.

Flexão nominal e verbal.

Emprego de tempos e modos verbais.

Vozes do verbo.

Termos da oração.

Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal.

Ocorrência de crase.

O uso dos porquês.

Pontuação.

Figuras de linguagem.

Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA

Conjuntos Numéricos

- Naturais,
- Inteiros,
- Racionais,
- Irracionais,

- Reais: propriedades, operações, representação geométrica.

Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG).

Matriz, determinante e sistemas lineares.

Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais.

Razão e proporção,

- regra de três (simples e composta),
- porcentagem,
- taxas de acréscimo e
- decréscimos,
- montante e capital,
- lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda.

Moda, média e mediana.

Raciocínio lógico.

Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.

INFORMÁTICA

Informática em Geral: Conceitos.

Periféricos de um Computador.

Hardware. Software.

Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows 7.

Instalação, configuração e utilização: Libre Office 5.3 (Writer, Calc e Impress).

Noções de segurança para Internet.

Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer 9 e Mozilla Firefox 52, Google Chrome 42 e versões posteriores desses softwares).

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I - Dos Princípios Fundamentais.

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo I: Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Capítulo II: Dos Direitos Sociais.

TÍTULO III - Da Organização do Estado; Capítulo I: Da Organização Político-Administrativa; Capítulo IV - Dos Municípios - art. 30; Capítulo VII - Da Administração Pública - art. 37 ao 41.

TÍTULO VIII - Da Ordem Social; Capítulo II - Da Seguridade Social - art. 194 a 204; Capítulo VI – Do Meio Ambiente; Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

BRASIL. Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Capítulo I – Das Disposições Gerais,

Seção II – Das Definições: art. 6º;

Capítulo II – Da Licitação,

Seção I – Das Modalidades, Limites e Dispensa: Art. 20, 22, 23, 24, 25 e 26;

Capítulo III – Dos Contratos,

Seção I – Disposições Preliminares: Art. 54 a 59 e

Seção III – Da Alteração dos Contratos: Art. 65;

Capítulo V – Dos Recursos Administrativos: Art. 109.

CAXIAS DO SUL. Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990. Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul.

Título V - Da Educação, da Cultura, do Desporto, da Ciência e Tecnologia e do Turismo; Art. 171 a 203.

Título VI - Da Defesa do Cidadão, da Saúde e do Meio Ambiente; art. 204 a 244.

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar n.º 3.673, de 24 de junho de 1991. Estabelece o Estatuto que institui e regula o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Caxias do Sul e dá outras providências.

TÍTULO I - Do Regime Jurídico Único; art. 1º ao 49.

TÍTULO III - Do Regime de Trabalho;

CAPÍTULO I - Do Horário e do Ponto: art. 71 ao 75;

CAPÍTULO II - Do Serviço Extraordinário: art. 76 e 77;

CAPÍTULO III - Do Repouso Semanal: art. 78 a 80.

TÍTULO IV - Dos Direitos e Vantagens;

CAPÍTULO I - Do Tempo de Serviço: art. 89 ao 96;

CAPÍTULO II - Do Vencimento e da Remuneração: art. 97 ao 107;

CAPÍTULO III - Das Vantagens Pecuniárias; Seção IV Dos Avanços, das Gratificações e Adicionais: art. 118 a 162;

CAPÍTULO IV - Das Férias: art. 163 a 176.

CAPÍTULO IX - Das Licenças: art. 188 ao 224.

TÍTULO V - Do Regime Disciplinar; art. 241 a 306.

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar n.º 321, de 22 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a estrutura administrativa e o funcionamento do Poder Executivo Municipal de Caxias do Sul: Capítulo I – Das Disposições Iniciais: arts. 1º ao 3º;

Capítulo II – Do Sistema Organizacional: arts. 4º ao 6º;

Capítulo III – Da Estrutura do Poder Executivo: art 7º;

Capítulo IV – Da Estrutura Básica das Secretarias: art. 8º;

Capítulo V – Da Ação Administrativa: arts. 9º e 10;

Seção I – Do Planejamento: art. 11;

Seção II – Dos Recursos Humanos: arts. 12 e 13;

Seção III – Da Administração Fazendária: arts. 14 a 18;

Seção IV – Da Organização, Modernização e Eficiência: arts. 19 a 21.

CAXIAS DO SUL. DECRETO n.º 19.474, de 26 de março de 2018. Aprova o Regulamento do Estágio Probatório que estão sujeitos os servidores públicos municipais, e revoga o Decreto n.º 17.752, de 1º de setembro de 2015.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS GUARDA CIVIL MUNICIPAL

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 9.455, de 07 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências.

BRASIL. Lei n.º 4.898, de 09 de dezembro de 1965. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

BRASIL. Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Capítulo I – Disposições Preliminares: arts. 1º ao 4º;

Capítulo II – Do Sistema Nacional de Trânsito: arts. 5º ao 25;

Capítulo IV – Dos Pedestres e Condutores de Veículos não Motorizados: arts. 68 ao 71;

Capítulo VII – Da Sinalização de Trânsito: arts. 80 ao 90;

Capítulo IX – Dos Veículos: arts. 96 ao 117;

Capítulo XIX – Dos Crimes de Trânsito: arts. 291 ao 312- A.

BRASIL. Decreto – Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.

PARTE ESPECIAL

TÍTULO II – Dos Crimes Contra o Patrimônio: arts. 155º ao 183º.

TÍTULO XI – Dos Crimes Contra a Administração Pública: arts. 312º ao 337º - A.

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar n.º 377, de 22 de dezembro de 2010. Consolida a legislação relativa ao Código de Posturas do Município.

CAXIAS DO SUL. Lei Complementar n.º 376, de 22 de dezembro de 2010. Consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

CAXIAS DO SUL. Decreto n.º 19.936, de 07 de janeiro de 2019. Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social, nos termos da Lei Complementar n.º 321, de 22 de dezembro de 2008, e revoga o decreto n.º 19.039, de 15 de agosto de 2017.

Direito Administrativo:

Poderes Administrativos:

Poder hierárquico,

poder disciplinar,

poder regulamentar,

poder de polícia,

uso e abuso do poder.

Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.

Segurança e Saúde no Trabalho:

Norma Regulamentadora 16: Atividades e Operações Perigosas.

Norma Regulamentadora 05: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Norma Regulamentadora 06: Equipamento de Proteção Individual (EPI).